

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 11455/16

Poder Executivo. Administração Direta. Prefeitura Municipal de Sousa. Pregão Presencial nº 040/2016. Ausência de documento relativo ao procedimento. Fixação de prazo ao ex-Chefe do Poder Executivo Municipal.

RESOLUÇÃO RC2 - TC 00042/17

RELATÓRIO

DADOS DO PROCEDIMENTO:

- 1. Número do Processo: TC 11455/16.
- Órgão de origem: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA.
- 3. Modalidade/Tipo de Procedimento Licitatório: PREGÃO PRESENCIAL nº. 040/2016 (tipo menor preço), com suporte nas Leis Federais nºs 10.520/2002 e 8.666/93, com suas alterações posteriores.
- <u>4. Objeto do Procedimento:</u> Locação de veículos para a Prefeitura Municipal de Sousa.
- <u>5.</u> <u>Valor Total dos Contratos</u>: R\$ 586.170,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, cento e setenta reais).
- <u>6.</u> <u>Autoridade Homologadora</u> : **André Avelino de Paiva Gadelha Neto (ex-Prefeito).**
- 7. <u>Licitantes Vencedores</u>: Antônio Soares Teodoro (R\$ 27.000,00), Geraldo Faustino dos Santos (R\$ 9.600,00), José Lucas de Sousa (R\$ 27.000,00), Kleber Fernando Garcia (R\$ 216.000,00), Rayane Rodrigues de Carvalho (R\$ 13.800,00), Roberto Honório de Queiroga (R\$ 144.000,00), Rodrigo Lopes da Silva (R\$ 94.800,00) e Thomas Magnum de Brito Cunha (R\$ 53.970,00).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 11455/16

MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS:

Após analisar a documentação encartada aos autos, a unidade técnica emitiu o relatório inicial de fls. 298/303, suscitando como única irregularidade a ausência da pesquisa de mercado (cotação de preço), conforme exigência contida no art. 43, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

Devidamente citada, a autoridade responsável deixou o prazo transcorrer in albis.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público Especial que, através do Parecer n.º 1595/16, fls. 322/327, subscrito pelo Subprocurador-Geral Luciano Andrade de Farias, opinou pela:

- 1) **Irregularidade** do Pregão Presencial n.º 00040/2016 e do contrato dele decorrente.
- 2) **Aplicação de multa pessoal** ao gestor Sr. André Avelino de Paiva Gadelha Neto, com base no art. 56 da Lei Orgânica do TCE/PB.
- 3) **Envio de recomendações** ao Prefeito de Sousa, para que as irregularidades não sejam reiteradas.

É o relatório, informando que as notificações de praxe foram efetivadas.

VOTO DO RELATOR

Compulsando o álbum processual, verifica-se que o envio da documentação ausente por parte da autoridade homologadora do procedimento poderá sanear o processo, uma vez que não foi detectada outra impropriedade no Pregão Presencial n.º 00040/2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 11455/16

Isto posto, pedindo vênia ao entendimento ministerial, **VOTO** pela **FIXAÇÃO do prazo de 30 (trinta) dias** para que o ex-Prefeito Municipal de Sousa, Sr. André Avelino de Paiva Gadelha Neto, apresente a documentação reclamada pela unidade técnica em seu relatório de fls. 298/303, sob pena de aplicação de multa e outras cominações legais em caso de descumprimento desta decisão.

É o voto.

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE-PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 11455/16, RESOLVEM, à unanimidade, os MEMBROS da 2ª. CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em **FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias** para que o ex-Prefeito Municipal de Sousa, Sr. André Avelino de Paiva Gadelha Neto, apresente a documentação reclamada pela unidade técnica em seu relatório de fls. 298/303, sob pena de aplicação de multa e outras cominações legais em caso de descumprimento desta decisão.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões da 2ª Câmara.

João Pessoa, 13 de junho de 2017

Assinado 14 de Junho de 2017 às 11:33



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho PRESIDENTE

Assinado 14 de Junho de 2017 às 10:06



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima RELATOR

Assinado 14 de Junho de 2017 às 10:54



Manoel Antonio dos Santos Neto MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO Assinado 4 de Julho de 2017 às 12:13



Cons. Arnóbio Alves Viana CONSELHEIRO